

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento pós 2015 e o lugar das Organizações da Sociedade Civil (OSC): um estudo bibliométrico da produção mundial.

Diego da Silva Santos¹
Maria Elisa Huber Pessina²

Resumo: Este estudo se propõe a realizar um mapeamento da produção científica internacional sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC). Apresenta caráter teórico-descritivo e emprega técnicas bibliométricas para analisar a base científica internacional Scopus. Diante dos resultados, foi possível identificar que a produção científica sobre o tema se intensificou a partir do ano 2000, marco do estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), na execução do qual as OSC adquiriram destacada relevância; as publicações originam-se, majoritariamente, de centros de pesquisa localizados no Norte; a produção é ainda significativamente fragmentada em termos de autores e de instituições que mais publicam sobre o tema; o debate sobre a gestão e eficácia das OSC que atuam na CID é central nas pesquisas sobre a temática; que a área de gestão e negócios é a segunda que mais publica sobre OSC e CID. Espera-se que os dados analisados possam contribuir para o desenvolvimento do estado da arte deste campo do conhecimento e fomentar estudos futuros no Brasil sobre a temática.

Palavras-chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Ajuda Internacional. Organizações da Sociedade Civil. ONGD. Estudo Bibliométrico.

1. Introdução

Desde os primeiros anos do século XX, Piotr Kropotkin já afirmava que a competição é a lei da selva e a cooperação a lei da civilização (KROPOTKIN, 2009). À medida que o sistema internacional foi se tornando mais globalizado e interdependente, a cooperação tornou-se um pilar fundamental, coexistindo com os reconhecidos interesses em jogo (SATO, 2010).

É no contexto do final da Segunda Guerra Mundial que se institucionalizou o Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SCID) como hoje é conhecido. O marco é 1944, quando da criação das Instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) e, no ano seguinte, da ONU na Conferência de São Francisco. A Carta das Nações Unidas, de 1945, que instituiu formalmente as Nações Unidas, já elencou o objetivo de “empregar um mecanismo

¹ Estudante do curso de Relações Internacionais da Universidade de Salvador – UNIFACS / diegosilva1524@gmail.com

² Orientadora e coordenadora do curso de pós graduação em administração da UNIFACS - mariaelisahp@yahoo.com.br

internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos” (ONU, 1945, capítulo IX).

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é entendida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como ações internacionais que possuem o objetivo de ajudar outros países nos seus esforços de progresso social e econômico. A OCDE reconhece como atores da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Estados, Indivíduos, Organizações Sociedade Civil, Organizações Multilaterais, Fundações Filantrópicas e Setor Privado (OCDE, 2019).

A CID, historicamente, possui discursos e tendências imperantes a respeito do desenvolvimento que marcam cada época, possíveis de observar acompanhando seus fóruns e consensos (AYLLÓN, 2007). Tanto as organizações bilaterais quanto as multilaterais adotam agendas estabelecidas por meio de consensos sobre o sentido e a governança do desenvolvimento, as quais se modificam ao longo do tempo.

Estas agendas moldam políticas públicas dos países em desenvolvimento e até mesmo a atuação de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e de empresas que atuam no contexto local. Da mesma forma, moldam também as OSC e empresas que acessam os recursos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

As primeiras OSC a atuarem na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento surgiram na Europa durante a década de 1950, motivadas por razões religiosas, políticas e ideológicas, diante das notícias de miséria que chegavam das regiões periféricas do mundo. Em relação às políticas oficiais de intervenção praticadas pelas instituições multilaterais e bilaterais de seus países, estas OSC optaram pelo caminho do apoio e fomento de “políticas alternativas”, expressão comum naqueles tempos, que continha uma crítica aberta às políticas governamentais de CID (JANSEN, 1995, p.4). Conhecidas na literatura como Organizações não governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) ou Organizações Internacionais Não Governamentais (OING), foram, ao longo dos anos, importantes fornecedoras de apoio político e financeiro para OSC parceiras dos países em desenvolvimento (MARTENS, 2005; PESSINA, 2017).

As ONGD atuam utilizando tanto recursos públicos, proveniente de seus governos, quanto privados (doações, heranças, recursos de igrejas, dentre outros). Neste contexto, alguns autores e organizações vêm abordando o tema das OSC na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em diferentes perspectivas. Um relevante agenda de pesquisa têm sido os desafios e impactos da relação com a CID na gestão e atuação das OSC internacionais (BEBBINGTON, 2005; NUNNENKAMP et al, 2009; PESSINA, 2017), ou argumentos sobre a importância e efetividade das OSC na execução de programas voltados para o desenvolvimento internacional, a exemplo de EPSTEIN, Gil S. e GANG. Ira N. (2006) e MARTENS, Bertin (2005)

Neste contexto, este estudo propõe-se a realizar um mapeamento da produção científica dos últimos vinte anos no âmbito internacional sobre Organizações da Sociedade Civil (OSC) e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). O levantamento foi realizado utilizando a base científica Scopus. Os principais aspectos analisados foram: a evolução da quantidade de publicações ao longo dos anos, quais autores mais escreveram sobre OSC e CID, quem são os principais financiadores destes estudos, quais os títulos mais referenciados na temática, quais os países e centros de pesquisas que mais tem se dedicado à temática, quais os termos mais relacionados aos estudos das OSC na CID,. A partir dessa análise espera-se que seja possível fornecer uma visão geral da pesquisa sobre esse tema, contribuir para o entendimento da

evolução do tema, bem como para o fortalecimento das discussões sobre OSC na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no meio acadêmico.

O presente artigo foi estruturado em quatro partes, além desta introdução. A primeira parte é composta por um referencial teórico sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e sobre as Organizações da Sociedade Civil. Em seguida, serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados e, em seguida, encontra-se a apresentação e análise dos dados. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. O Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento

Os programas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento emergiram no período pós-Segunda Guerra Mundial como instrumentos das instituições que compunham o recém-criado Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento, incluindo as instituições de Bretton Woods e as potências vencedoras. Essa iniciativa tinha como foco a reconstrução dos países devastados pela guerra, sendo impulsionada pela ameaça de expansão do regime comunista no leste e pelos processos de independência nas nações da África e Ásia, que se tornaram campos de disputa por influência econômica e ideológica.

Barbanti Junior (2005) destaca a formação da "indústria do desenvolvimento" nesse período, referindo-se a um conjunto de instrumentos dedicados à implementação de projetos em diferentes escalas, desde o nível macro até o micro. As instituições envolvidas nessa "indústria" desenvolveram estratégias e procedimentos de implementação que perduraram por muitos anos.

De acordo com Francisco Albuquerque, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento é definida como um conjunto de atividades realizadas por países desenvolvidos, envolvendo a transferência de recursos concessionais para países subdesenvolvidos, com o principal objetivo de superar as dificuldades existentes nesses países. Essa cooperação busca promover uma relação internacional mais estável e pacífica, visando garantir dignidade e humanidade para todos os povos (ALBUQUERQUE, 2010, p. 144).

Outros autores, como Keohane (1984) e Nye (1993), argumentam que essa cooperação pode ser uma forma disfarçada de exercer poder, sendo uma maneira mais econômica para o doador exercer influência ou hegemonia, com a possibilidade de tirar vantagem dos receptores e diminuir sua hierarquia e soberania. Essa visão está alinhada com a abordagem realista das relações internacionais, que considera o poder como o objetivo central dos Estados, sugerindo que a cooperação não foge a essa dinâmica.

Em contraste, autores neoliberais, como Friedman, Bauer, Krueger e Krauss, argumentam que a ajuda externa distorce o livre mercado, o verdadeiro motor do desenvolvimento. Para esses pensadores, intervir no livre mercado prejudica o verdadeiro progresso, e a evolução de um país receptor deve ocorrer internamente, sem intervenções externas. Nessa perspectiva, a ajuda externa pode penalizar o crescimento ao agir como uma intervenção prejudicial aos setores competitivos das economias nacionais (AYLLÓN, 2007).

A modalidade que ocupa posição central nos debates sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento é a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), também conhecida como ajuda pública internacional. A AOD refere-se às transferências de recursos de origem pública dos países doadores, entregues diretamente pelos

governos por meio de suas Agências Oficiais de Cooperação (bilaterais), instituições multilaterais ou organizações não governamentais. As estatísticas da AOD são monitoradas e publicadas pelo Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE). O CAD estabelece princípios e normas internacionais para a Cooperação para o Desenvolvimento, monitorando o cumprimento dos compromissos pelos doadores (OCDE, 2021a).

Para ser considerada AOD, os fluxos de recursos devem atender a critérios específicos estabelecidos pelo CAD/OCDE, incluindo a origem pública, o objetivo principal de promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar, e um grau mínimo de concessionalidade em empréstimos de 25%. A AOD também engloba doações de produtos, perdão ou redução da dívida externa e contribuições para organizações não governamentais. As principais modalidades de AOD são Ajuda Financeira e Ajuda Técnica, oferecendo doações e empréstimos com um grau mínimo de concessionalidade, bem como serviços técnicos como consultorias e capacitação (IGLESIA-CARUNCHO, 2005; OCDE, 2021a).

Além da AOD existe o *Financiamento Internacional para o Desenvolvimento*, o qual é composto por fluxos financeiros que podem cumprir os mesmos objetivos que a AOD, porém que não alcançam o grau de concessionalidade deste último (IGLESIA-CARUNCHO, 2005)³.

A AOD representa um grande fluxo internacional de recursos. Apenas contabilizado os países que compõem o CAD, foram repassados 143 bilhões de dólares em 2018, e 152,8 bilhões de dólares em 2019. Neste contexto, o contato direto entre doadores e beneficiários não seria capaz de alcançar transferências tão volumosas, fazendo-se necessário uma vasta estrutura organizacional para facilitar sua intermediação.

Nesta estrutura, destacam-se os atores da Cooperação Multilateral: os multilaterais - Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (Banco Mundial e Bancos Regionais de Desenvolvimento), a União Europeia e a ONU (suas Agências, Programas e Fundos) ; os atores bilaterais – a maioria dos países possui uma Agência Oficial para execução de suas políticas de cooperação, normalmente vinculada ao Ministério da Cooperação para o Desenvolvimento, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda ou Ministério do Meio Ambiente. Além dos recursos de AOD executados pelas agências oficiais, também são contabilizados como bilaterais os recursos da ajuda pública internacional executados via Organizações Não Governamentais e, mais recentemente, via parcerias público-privadas (AYLLON, 2007).

A maioria das ONGD atuam na CID utilizando tanto recursos públicos quanto privados (doações, heranças, recursos de igrejas). A natureza da atuação destas organizações também é peculiar, e vai sofrer alterações a partir do modelo de desenvolvimento hegemônico em cada período histórico, suas agendas e governança.

3. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) na Cooperação Internacional para o desenvolvimento.

Historicamente, as OSCs exercem papel fundamental na realização de atividades que corroboram com os objetivos das agendas globais para o desenvolvimento, com destacadas *expertises* nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e a gestão com pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre outras (OCDE, 2008a). Além de

³ <https://www.oecd.org/dac/dac-glossary.htm>

desenvolverem ações de desenvolvimento e humanitárias, as OSC influenciam políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento a partir de diálogo e *advodacy* (OCDE, 2018).

Toda instituição que desenvolve projetos sociais com finalidade pública é considerada uma organização da sociedade civil (OSC). Essas organizações também são classificadas como instituições do Terceiro Setor, por não terem finalidade econômica. Essa expressão foi adotada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no início da década de 1990. É nesse contexto que as organizações do Terceiro Setor começaram a se ver presas em uma teia de interesses práticos imediatos. (RAMOS, 1981), da qual dependia sua sustentabilidade, afastando-se de uma forma analítica de pensamento que outrora justificou sua criação (TENÓRIO, 1999). Localizada em um espaço social difuso entre o Estado e o mercado”, conforme Tenório (1999, p. 98) observa, a prática gerencial do terceiro setor recebeu a transferência da epistemologia gerencial dos setores privados e públicos.

"A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas" (HABERMAS, 1997:99). Um exemplo de como ONGs e fundações expandem o conceito de terceiro setor, uma ideia mais aceita do terceiro setor é que o Terceiro Setor determina as entidades que estão localizadas entre o setor empresarial (primeiro setor) e o setor estatal (segundo setor). As organizações que constituem o Terceiro Setor são entidades privadas, não ligadas à estrutura centralizada ou descentralizada da Administração Pública, que não buscam objetivos sociais ou lucrativos, prestando serviços em áreas de relevante interesse social e público. As ONGs, possivelmente a maior ferramenta da sociedade civil, são também consideradas agentes privados com fins públicos. Originariamente surgiram sob os princípios de solidariedade e justiça social, passando por transformações profundas em objetivos e práticas ao longo do tempo, alinhando-se à função de prestadoras de serviços públicos no contexto neoliberal (PESSINA; SIMÕES; KRAYCHETE; SILVA, 2020). As ONGs representam um novo espaço de organização da sociedade civil, sendo mecanismos cruciais para a construção da cidadania, atuando como agentes de controle da sociedade civil sobre a sociedade política na gestão do interesse público.

No entanto, o papel das Organizações da Sociedade Civil (OSC) na governança das agendas de desenvolvimento hegemônicas tem evoluído ao longo dos anos. As primeiras Organizações Não Governamentais de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (ONGD) surgiram nos anos 1950, motivadas por razões religiosas, políticas e ideológicas, em resposta à miséria nas regiões periféricas do mundo e como expressão de gratidão pela assistência pós-Segunda Guerra Mundial (BROT FÜR DIE WELT, 2011; MISEREOR, 2010). Em contraste com as políticas oficiais das instituições multilaterais e bilaterais, as agências não governamentais optaram por apoiar e promover "políticas alternativas" criticando abertamente as políticas governamentais (JANSEN, 1995, p.4).

Nos países do sul, surgiram formas de organização críticas à ordem hegemônica de desenvolvimento nas décadas de 1960 e 1970. Dentro dessas correntes críticas, muitas agências não governamentais encontraram parceiros para cooperar por um modelo de Bem-Estar Social na América Latina, enfrentando resistências de elites nacionais, governos militares, entre outros (PESSINA, 2017). Nesse período, as agências não governamentais europeias apoiaram movimentos de luta nos países em

desenvolvimento, como os movimentos por democracia na América Latina, desafiando as causas da desigualdade social. Além de suas próprias agendas, as agências não governamentais de cooperação para o desenvolvimento na época tinham uma dinâmica de gerenciamento particular, com pouca ênfase em comprovação de resultados, indicadores ou métodos de avaliação (PESSINA, 2017).

Ao longo de suas histórias, a maioria das agências europeias não governamentais de cooperação para o desenvolvimento contaram com o cofinanciamento de seus governos. Esses recursos eram fornecidos com considerável liberdade, havia pouca intervenção e controle sobre as agendas das organizações cooperantes. Na época, a Europa, sob o governo do partido trabalhista, era uma região avançada em respeito aos direitos dos cidadãos, e suas agências de cooperação internacional apoiavam movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades envolvidas na luta pelos direitos (BAVA, 2011).

Com a crise do petróleo na década de 1970, o modelo keynesiano de desenvolvimento entrou em crise, dando espaço ao ideário neoliberal na década de 1980. No entanto, as medidas de ajuste neoliberal não conseguiram revigorar o capitalismo, resultando em alto desemprego nas economias avançadas nos anos 90 e uma nova recessão mundial com níveis de endividamento sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial (ANDERSON, 1995). Os países periféricos que seguiram as políticas neoliberais viram suas economias arruinadas, com cortes significativos nas políticas de bem-estar.

O declínio do discurso neoliberal nos primeiros anos da década de 1990 não trouxe de volta imediatamente o ideário keynesiano de desenvolvimento e políticas de bem-estar social. Em 1990, o Banco Mundial destacou o tema da pobreza em seu Relatório sobre Desenvolvimento Mundial, recomendando estratégias para enfrentar os custos sociais dos ajustes estruturais. A década de 90 foi marcada por encontros que formaram um novo consenso internacional sobre desenvolvimento, conhecido como paradigma do Desenvolvimento Humano Sustentável. Esse paradigma foi disseminado pelas cúpulas das Nações Unidas ao longo da década de 1990, culminando nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000, guiando as ações do Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento com foco em temas como meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e gênero (AYLLÓN, 2007). Esse novo consenso global enfatizava a luta contra a pobreza e o desenvolvimento social, conhecido como ideário de Desenvolvimento Humano Sustentável (ANAND; SEN, 1994; PLEWES; SREENIVASAN; DRAIMIN, 1996).

Para o propósito do foco no combate à pobreza, o trabalho de ONGs e sua estrutura “capilar” fazia-se fundamental para garantir o acesso aos mais pobres. Na década de 1990, aumentou o número de ONGs por todo o mundo, fortalecendo e ampliando o setor não governamental (ZIMMER, 2000). A maior parte de tais organizações surgiu como executora e intermediária de serviços, sem o propósito de disputar os sentidos da democracia e enfrentar a lógica do mercado e da desigualdade. Registra-se assim, nessa época, um processo de legitimação e crescimento do chamado Terceiro Setor, de forma a responder à altura a nova responsabilidade que lhes cabia, exigindo-lhe o desenvolvimento de uma cultura organizacional semelhante àquela das empresas privadas (SALIMON; SIQUEIRA, 2013).

Foi nesse contexto que a atuação das ONGs na luta contra a pobreza começou a mudar. Segundo Jansen (1995), o Banco Mundial abriu espaço para a colaboração com as ONGs, de maneira que “as forças de resistência e denúncia das políticas anteriores são convocadas agora a participar como parceiras da próxima tentativa de combate à miséria no mundo” (JANSEN, 1995, p.5). Tomando o BM como referência, nota-se que “cinquenta dos 222 projetos aprovados pelo Banco em 1990 contavam com a

participação de ONGs (contra uma média anual de 15 projetos entre 1973 e 1987)” (NERFIN, 1992, p.105). O crescimento das ONGs foi observado também no âmbito da CID, ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, conformando um verdadeiro mercado para a Ajuda Internacional (KLEIN; HARFORD, 2005; SEVERINO; RAY, 2009).

O novo ideário de desenvolvimento comporta não apenas o estabelecimento de agendas bem definidas para focar a ajuda em temáticas, tornando-a mais eficaz, como também prevê a imposição de controles cada vez maiores sobre a gestão da ajuda. A evolução deste pensamento é notada no percurso das conferências e respectivas declarações das organizações internacionais, principalmente a partir de 2000, nas quais estabelecem-se uma série de critérios a serem seguidos para o alcance da Eficácia da Ajuda.

Desde o final da década de 1990, as instituições internacionais que lidam com países em desenvolvimento vêm dedicando enorme atenção à eficácia dos recursos dos programas de Ajuda Internacional (MOSLEY, 1997). Os principais instrumentos políticos utilizados para atingir tal eficácia passaram a ser o estabelecimento de agendas (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por exemplo) e de gestão (complementaridade, não sobreposição de projetos, gestão baseada em resultados, dentre outros, estabelecidos principalmente nos Fóruns de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda da OCDE) (OCDE 2003, 2005, 2008, 2011).

Em 2008 aconteceu o terceiro Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda em Acra que deu origem a Agenda para Ação de Acra, a qual ficou conhecida por representar um esforço de identificar ações prioritárias e imediatas para acelerar e aprofundar a implementação da Declaração de Paris até 2010, uma vez identificado que “estavam ocorrendo progressos, mas que não eram suficientes” (OCDE, 2008, pág.1). Nesse documento estabeleceu-se três grandes desafios para acelerar o progresso na eficácia da ajuda: Fortalecer o Controle/Apropriação do Desenvolvimento por Parte dos Países (parceiros); Construir Parcerias de Desenvolvimento Mais Eficazes e Inclusivas; Alcançar resultados de desenvolvimento — e prestar abertamente contas desses resultados;

Foi na Agenda para Ação de Acra que foram feitas, pela primeira vez, recomendações diretas sobre o papel das organizações da sociedade civil (OSC) em relação à eficácia da ajuda, identificadas dentro do macro objetivo “Construir Parcerias de Desenvolvimento Mais Eficazes e Inclusivas” (OCDE, 2008, pág. 4). Em Acra os governos dos países doadores se comprometeram em coordenar e alinhar as atividades de cooperação das OSC de seus países (os quais também recebem recursos governamentais) com os programas de ajuda oficiais em busca da maior eficácia da ajuda.

Enquanto, durante a vigência dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), 2000-2015, às OSC foram consideradas instrumentais para a aplicação das políticas focalizadas de combate à pobreza (PESSINA, 2017), com a renovação da agenda internacional do desenvolvimento, em 2015, renova-se também sua governança, e muda o papel que caberá às OSC.

Em 2015, a agenda do desenvolvimento foi renovada com o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. O documento Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável anunciou objetivos a serem cumpridos até 2030, “sem deixar ninguém para trás”, os quais envolvem temáticas diversificadas como: erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação,

igualdade de gênero, água e saneamento, energia, crescimento econômico sustentável, infraestrutura, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, padrões sustentáveis de consumo e de produção, mudança do clima, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, sociedades pacíficas, justas e inclusivas e parceiras de implementação.(UM, 2015a)

Em 2015, aconteceu também a Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento de Addis Abeba, que resultou na Agenda de Ação de Addis Abeba (AAAA). A AAAA apela para um conjunto diversificado de atores - governos, empresas, fundações e indivíduos - para mobilizar maiores recursos financeiros para alcance dos ODS, para o qual calculou-se a necessidade de um investimento anual de 2,5 trilhões de dólares. Dentre as recomendações da AAAA, destacam-se pontos que se tornaram recorrentes nos relatórios e discursos da CID pós 2015, dentre os quais destaca-se: a importância de alinhar o investimento privado para o desenvolvimento sustentável com políticas públicas e quadros regulatórios que incentive tal agenda (UN, 2015b).

A constatação da limitação dos orçamentos públicos da AOD para o alcance dos ODS levou os atores do desenvolvimento a estabelecerem parcerias com o setor privado para alavancar e/ou subsidiar investimentos privados de impacto. Desde então, vem crescendo o investimento privado mobilizado por intervenções de AOD em apoio ao desenvolvimento sustentável (OCDE, 2016).

Desde então, na nova agenda da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento tem ganhado centralidade temas que vem afetando modelos regulatórios nacionais, visando maior incentivo público à atuação do setor privado nos ODS, seja com recursos domésticos como da AOD. São exemplos de tais agendas: apoio à conduta empresarial responsável e às cadeias de valor sustentáveis; promoção do comércio justo e sustentabilidade social e ecológica nas cadeias de fornecimento globais; empréstimos e contribuições para alavancagem de fundos do mercado para proteção dos bens globais; regulamentação do mercado financeiro sustentável e títulos verdes (Green Bonds), dentre outros (PESSINA, KRAYCHETE, 2020).

Na governança da agenda de desenvolvimento pós 2015, o setor privado ganha centralidade enquanto para as OSC se fortalece o lugar de vigilantes da atuação do setor privado atuando no alcance da *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.

Em documentos como *Putting the last first? Civil society's role in leaving no one behind* (OCDE, 2018), a OCDE reconhece que as OSC promovem a participação de grupos excluídos, dando voz e fornecendo meios para a expressão e reivindicação dos seus direitos. A cooperação alemã manifesta, por sua vez, para o relatório do CAD/OCDE *Private Sector Peer Learning - Country Report: Germany*, que as OSC desempenham um papel importante no acompanhando e fiscalização do Engajamento do Setor Privado (*Private Sector Engagement*), e defende o fornecimento de fundos dedicados a parcerias *multi-stakeholder* para facilitar a cooperação entre tais atores.

Diante de todas estas perspectivas de análise das OSC nas relações com a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, este estudo bibliométrico busca levantar e analisar as principais informações sobre os estudos que vêm sendo publicados no mundo relacionados à temática. Quem são os principais autores, quais instituições mais tem se dedicado ao tema, quais os principais financiadores destas pesquisas, quais os principais termos associados a estes estudos, etc.

4. Metodologia

4.1 Coleta de dados

A Partir dos pressupostos acima citados, o estudo a seguir apresenta os resultados obtidos através de uma análise bibliométrica. Foi realizado um levantamento bibliográfico, em agosto de 2023, na base de dados *Scopus e Web of Science*. A *Scopus*, que é um banco de dados de propriedade da *Elsevier* que tem o compromisso de publicar mais de 470.000 artigos de revista, contando também com a cobertura de mais de 7.000 editoras internacionais e que tem em sua base de dados mais de 25.100 títulos publicados (SCOPUS, 2022).

A outra base que foi usada na pesquisa bibliométrica foi a *Web of Science*, usado a sua coleção principal, a *Clarivate* contando com suas mais de 9.000 instituições acadêmicas, cooperativas e governamentais, recolhe as referências das principais publicações científicas de qualquer disciplina do conhecimento, tanto científica quanto tecnológicos, humanísticos e sociológicos, em alguns casos de 1900, e que são essenciais para apoiar a pesquisa e pelo reconhecimento dos esforços e avanços comunidade científica e tecnológica. A cobertura completa do A coleção principal de periódicos científicos da *Web of Science* totaliza mais de 22.000 periódicos.

A escolha das duas bases é orientada pelo fato da pesquisa a seguir tentar fazer essa colheita mais geral e global possível, mapear de forma mais abrangente como esta a bibliometria do tema, (Chavarro, Ràfols, & Tang, 2018; Mongeon & Paul-Hus, 2016; Van Leeuwen, Moed, Tijssen, Visser, & Van Raan, 2001) pretendendo assim ter uma visão suficientemente completa.

Para escolha dos termos foi utilizado os seguintes descritores em inglês empregados na literatura como sinônimos de Organizações da Sociedade Civil e de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: “*Civil society organization*”, “*Non governmental organization*”, “*International development assistance*”, “*International aid*”, “*International development cooperation*”, “*development aid*”, “*foreign aid*”, “*international development cooperation*”, “*Development cooperation*”, e “*International Cooperation and development*”. Estes descritores foram buscados nos títulos, palavras-chave e resumos. Foram utilizados os operadores booleanos “OR” para relacionar os descritores sinônimos e “AND” para que fossem contemplados trabalhos que trouxessem em seus títulos, resumos ou palavras chaves tanto sinônimos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento quanto de Organizações da Sociedade Civil.

Ao todo, foram recuperados 483 artigos, sendo 35 da *Web Of Science* e 448 da *Scopus*. Em seguida, foi realizada uma seleção manual, a fim de selecionar apenas os artigos que, de fato, estivessem relacionando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e a atuação das Organizações da Sociedade Civil, em vista de eliminar as sobreposições também foram eliminados artigos copiados, deixando apenas uma versão deles, restando, após esta etapa, 429 artigos (17 da *Web Of Science* e 412 da *Scopus*) os quais foram utilizados como base para a análise bibliométrica.

O estudo foi feito usando os indicadores bibliométricos que o próprio *Scopus* fornece e utilizando um software auxiliar para separar e expor essas informações de forma mais coesa (*VOSviewer*). O programa *Excel* foi usado como ferramenta para analisar algumas características dos trabalhos, tabular os dados disponíveis do nas bases de dados e gerar alguns dos gráficos e tabelas. A partir do *Excel* foram elaborados os gráficos referentes às publicações por ano e publicação por países, assim como as tabelas sobre as áreas do estudo, a relação dos 30 autores que mais publicam, as

afiliações e instituições que mais publicam estudos na temática, assim como os 30 artigos mais citados.

Em seguida, foi utilizado o VosViewer para catalogar e criar um mapa da rede de palavras-chaves mais utilizadas.

5. Análise dos resultados

Nesta seção são analisados os resultados da coleta de dados deste estudo bibliométrico: a quantidade de documentos publicados por ano, a proporção dos textos que mais são citados nos estudos sobre a ação da sociedade civil para o desenvolvimento internacional; a relação de países que mais publicam textos sobre a temática em comparação com os países que mais doam no âmbito da OCDE; os autores mais citados; as instituições que mais financiam tais pesquisas; os tipos de documentos que mais são publicados no tema; e as áreas do conhecimento que mais publicam sobre OSC e CID.

5.1 Percentual de publicações por ano

Figura 1: Distribuição do número de artigos recuperados na base Scopus e Web of Science sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC) entre 1985 e 2023.



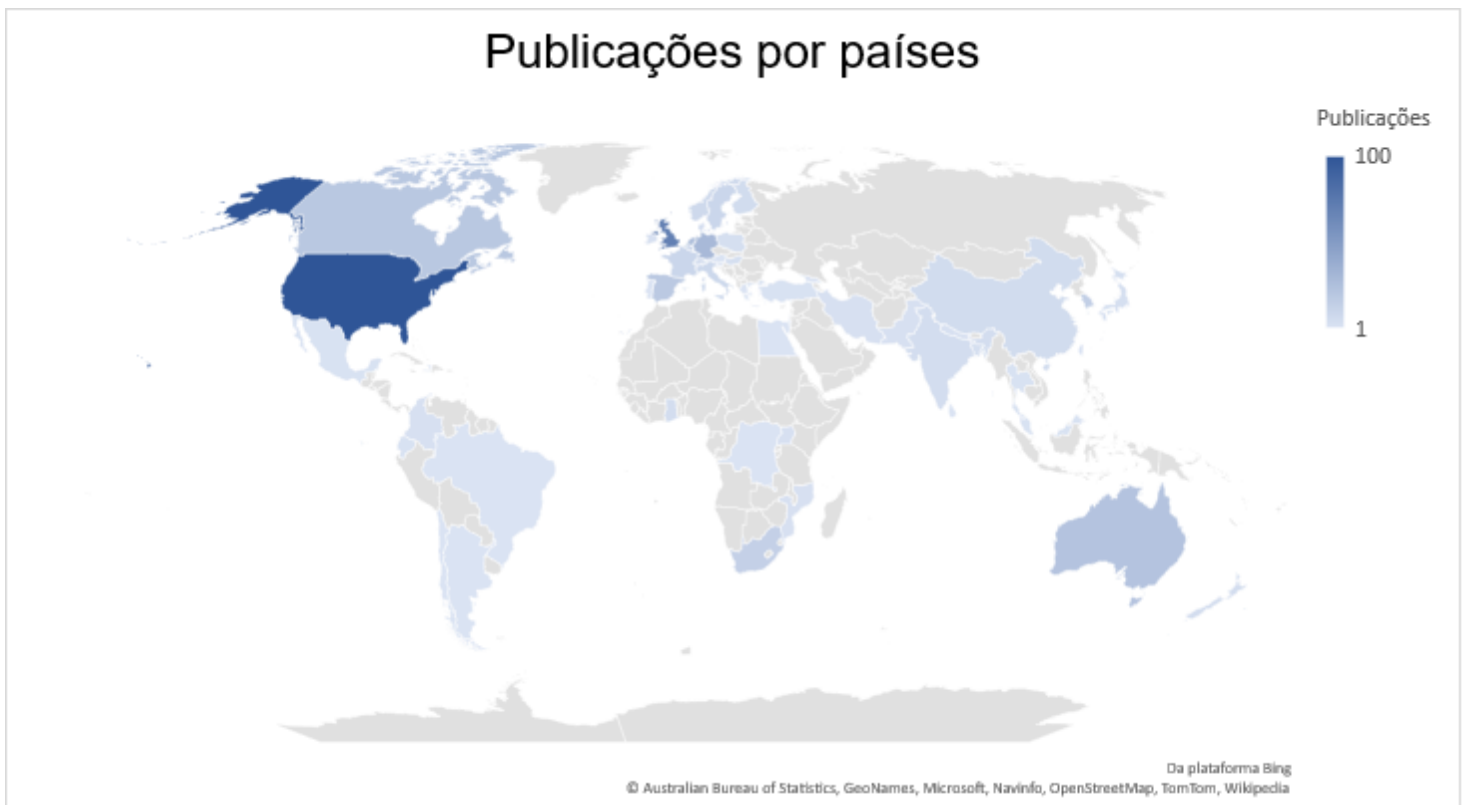
Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus e Web Of Science (março, 2023).

Em primeira análise, observa-se o aumento das publicações sobre OSC e CID a partir dos anos 90, especialmente ao final desta década. Isso possivelmente ocorreu, conforme discutido nos capítulos teóricos deste artigo, devido à nova governança do desenvolvimento pautada naquela década, na qual as OSC foram cada vez mais legitimadas como atores importantes na promoção do desenvolvimento.

Outra informação pertinente é que, entre 2000 e 2015, período de vigência dos ODM, a quantidade de artigos publicados sobre OSC e CID saltou de menos de 5 em 2000 para quase 30 próximo ao fim do período de vigência dos ODM (2015). O auge das publicações na temática das OSC e CID ocorreu próximo ao ano de 2015, fato que pode ser associado à renovação desse debate, com o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e lançamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e com a renovação da governança da agenda de desenvolvimento internacional. A partir de 2015, observa-se uma diminuição gradual do número de publicações sobre OSC e CID. Como também visto nos capítulos teóricos, na governança da CID pós 2015, às OSC perdem centralidade à medida que um novo ator adquire mais relevância nos debates sobre desenvolvimento: o setor privado (PESSINA e KRAYCHETE, 2021).

5.2 Relações de Países que mais publicam X Países que mais doam

Figura 2: Países que publicaram o maior número de artigos sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC) entre 1985 e 2020.



Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus e Web Of Science(março, 2023).

A análise desse gráfico em formato de mapa mundo traz as seguintes conclusões: o debate sobre a CID encontra-se presente em todos os continentes, mas, no continente que mais recebe AOD o tema não está sendo pautado, ou esses debates não se convertem em publicações disponibilizadas nas principais revistas científicas mundiais. O que se observa é que os países que mais estão publicando estudos sobre OSC e CID –

e, desta forma, pautado os debates sobre esta temática - são: Estados Unidos (100 publicações), Reino Unido (70 publicações), Alemanha (30 publicações) e a Holanda (27 publicações). Uma exceção seria a África do Sul, um dos maiores receptores de AOD do continente africano⁴, que se destaca entre os países que têm publicado sobre OSC e CID (14 publicações).

Na tabela a seguir, é possível observar que os países que mais publicam sobre CID e OSC representam, justamente, os principais doadores de AOD. Por exemplo, no ano de 2019, Estados Unidos doou US\$ 6,5 milhões, Reino Unido doou US\$ 2 milhões, Alemanha doou US\$ 1,7 milhões e os órgão da união europeia como um todo, tem contribuído fortemente com a ajuda para o desenvolvimento para e através as OSC⁵.

⁴ https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=CRS1_GREQ#

⁵ https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=CRS1_GREQ#

Tabela 3: Ajuda oficial ao desenvolvimento doações para e através das OSCs, 2010-2019

(valores em Milhões de Dolares)

Doadores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Alemanha	947	902	1019	1066	1112	1160	1437	1581	1610	1723
Australia	379	455	480	431	498	432	335	237	263	276
Áustria	71	61	49	70	59	55	52	77	58	68
Bélgica	320	330	299	308	294	294	306	290	303	284
Canada	689	649	639	707	724	778	832	899	933	888
Coreia	21	26	29	30	36	42	42	48	40	48
Dinamarca	420	421	460	454	477	462	410	465	474	516
Eslováquia	0	0	0	4	3	4	8	8	5	6
Eslovênia	4	5	4	4	3	2	2	2	2	3
Espanha	857	628	400	353	265	238	351	528	595	623
Estados Unidos	7.306	7412	6788	6784	7098	7575	7815	7403	6841	6541
Finlândia	178	175	174	193	200	212	129	129	121	125
França	147	118	136	102	246	215	223	280	354	499
Grécia	2	0	0	0	0	4	0	0	0	0
Holanda	1.497	1355	1214	1212	1136	1164	969	962	1032	965
Hungria	0	0	0	0	0	1	2	0	8	88
Irlanda	234	222	210	214	216	199	198	199	200	215
Islândia	0	2	3	4	3	5	7	4	6	5
Itália	86	104	65	148	171	220	209	231	280	249
Japão	367	274	377	293	285	307	262	271	224	230
Luxemburgo	85	79	85	88	83	81	92	92	97	99
Noruega	743	731	721	80	830	874	880	900	868	973

Nova Zelândia	46	56	47	50	55	50	52	53	54	62
Órgão da União Europeia	1.606	1717	1829	1927	2037	1984	2232	2034	2088	2110
Polónia	0	0	0	11	14	16	16	26	27	20
Portugal	22	19	17	15	14	14	15	13	13	15
Reino Unido	1.150	1576	1794	1952	2239	2378	2229	2444	1999	2044
República Checa	0	15	15	16	16	18	20	19	23	23
Suécia	768	836	897	941	984	994	999	1099	1171	1191
Suíça	510	528	603	666	753	849	825	815	823	846
Total	18455	18696	18354	18123	19851	20627	20949	21109	20512	20735

Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas dos relatórios dos Membros do DAC ao banco de dados do Creditor Reporting System (CRS), (março, 2023).
Valores acumulados em milhões de dólares referentes ao ano de 2018.

5.3 Áreas do conhecimento que mais publicaram artigos sobre CID e OSC

Outro dado que se julgou relevante analisar foi quais áreas do conhecimento mais vem publicando sobre OSC e CID. Chama atenção a constatação de que a área de negócios, gestão e contabilidade é a segunda a mais publicar sobre a temática. Essa informação dialoga com o que foi apontado nos capítulos teóricos a respeito do fortalecimento da dimensão da gestão das OSC na busca de maior eficácia na execução de programas de CID, fruto do processo de legitimação e institucionalização destas organizações como atores do desenvolvimento no pós 1990.

Tabela 1. Áreas de estudo que mais publicaram sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações Da Sociedade Civil (OSC) entre 1985 e 2020.

Área de Estudo	Publicações
Ciências Sociais	179
Negócios, Gestão e Contabilidade	46
Medicina	34
Economia, Econometria e Finanças	34
Artes e Humanidades	30
Ciência ambiental	27
Terra e Ciência Planetária	15
Engenharia	12
Ciência da Computação	9
Psicologia	9
Outros	34

Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus e Web Of Science (março, 2023).

5.4 Autores que mais publicam, suas afiliações e as instituições que mais financiam estudos

Outro dado verificado diz respeito a quem são os autores que mais tem publicado sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil OSC) desde 1985, a quais instituições eles pertencem e quais são as organizações que mais financiam pesquisas sobre CID e OSC no mundo acadêmico.

Como resultado, observa-se que o número de estudos sobre OSC e CID está significativamente fragmentado entre diversos autores, não havendo uma concentração de especialistas como visto geralmente em outras temáticas.

Da mesma forma, não há uma instituição de referência que mais tem se dedicado a pesquisas sobre OSC e CID. Conforme é possível observar na Tabela 2, destacam-se, entre as que mais tem pesquisado e publicado sobre o tema, diversas universidades holandesas, inglesas, alemãs e estadunidenses. Chama atenção que o Banco Mundial encontra-se entre as principais instituições que têm desenvolvido e publicado pesquisas sobre CID e OSC. Também destaca-se o fato de uma universidade de Ghana e outra da

África do Sul terem se destacado dentre as principais instituições de origem das publicações nesta temática.

Quanto às instituições que mais financiam pesquisas sobre OSC e CID, apesar da mesma fragmentação observada anteriormente, destacam-se alguns organismos conhecidos no campo, como a Comissão Europeia (que financiou 6 do total das publicações na temática), o Conselho de Pesquisa Social e Econômica do Reino Unido (financiou 5 do total de publicações na temática), seguidas da Sociedade Alemã para Pesquisa, da USAID, do Banco Mundial e da Fundação Nacional Coreana de Pesquisa, que financiaram, cada uma delas, 4 publicações sobre CID e OSC. Vale destacar aqui a presença de organismos da Coreia dentre os principais financiadores das publicações sobre CID e OSC. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ofertada pela Coreia é mais recente e pouco conhecida no campo dos estudos sobre CID. Entretanto, nos últimos anos, vem crescendo em importância, indicando, a partir dos dados aqui analisados, que também tem se destacado nas pesquisas que tratam da relação da CID com as OSC.

Tabela 2: Os 30 autores que mais publicam nos textos sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil (OSC), as 30 afiliações que mais publicam estudos sobre o tema e as 30 instituições que mais financiam estudos sobre esse tema.

Rank	Autores	TP	Afiliações	TP	Financiadores	TP
1.	Nunnenkamp, P.	5	Universiteit van Amsterdam	7	European Commission	6
2.	Kim, Y.S.	4	London School of Economics and Political Science	7	Economic and Social Research Council (UK)	5
3.	Pfeiffer, J.	4	Radboud Universiteit	6	Deutsche Forschungsgemeinschaft	4
4.	Appe, S.	3	University of Oxford	6	National Research Foundation of Korea	4
5.	Bentley, C.M.	3	Institut für Weltwirtschaft an der Universität Kiel	6	United States Agency for International Development	4
6.	Fioramonti, L.	3	University of Leeds	5	World Bank Group	4
7.	O'Dwyer, B.	3	University of Washington	5	European Bank for Reconstruction and Development	3
8.	Pallas, C.L.	3	Royal Holloway, University of London	5	Ministry of Education (Korea)	3
9.	Sheikh, P.A.	3	University of Pretoria	5	National Science Foundation (USA)	3
10.	Unerman, J.	3	The World Bank, USA	5	Canadian International Development Agency	2
11.	Wyler, L.S.	3	The University of Manchester	4	Carnegie Corporation of New York	2
12.	Öhler, H.	3	University of Ghana	4	Helsingin Yliopisto	2
13.	Lewis, D.	3	Kennesaw State University	4	Horizon 2020 Framework Programme	2
14.	Belward, A.S.	2	Binghamton University State University of New York	4	International Development Research Centre (Canada)	2
15.	Brown, S.	2	Loyola University New Orleans	4	International Monetary Fund	2
16.	Davis, J.M.	2	Universidad de Granada	4	Korea International Cooperation Agency	2
17.	Dreher, A.	2	University of Illinois Urbana-Champaign	3	National Institutes of Health	2
18.	Golini, R.	2	Budapesti Corvinus Egyetem	3	Styrelsen för Internationellt Utvecklingssamarbete	2
19.	Guillet, F.	2	Universitat de València	3	UK Research and Innovation	2
20.	Hakala, E.	2	Helsingin Yliopisto	3	United Nations Development Programme	2
21.	Kamstra, J.	2	Princeton University	3	African Capacity Building Foundation	1

22.	Khan, S.I.	2	Harvard University	3	Agence Française de Développement	1
23.	Kluczevska, K.	2	Rijksuniversiteit Groningen	3	Agence Nationale de la Recherche	1
24.	Knippenberg, L.	2	Universität Heidelberg	3	Agence Universitaire de la Francophonie	1
25.	Koch, D.J.	2	Universiteit Twente	3	Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo	1
26.	Krawczyk, K.	2	University of Massachusetts Boston	3	Albert-Ludwigs-Universität Freiburg	1
27.	Kumi, E.	2	Universität Konstanz	3	American Political Science Association	1
28.	Lacomba, J.	2	The University of Edinburgh	3	American Society for Public Administration	1
29.	Landoni, P.	2	University of Ottawa	3	Association for Research on Non-Profit Organizations & Voluntary Action	1
30.	Leménager, T.	2	University of Minnesota Twin Cities	3	Auburn University	1

TP = Total de Publicações.

Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus (março, 2023)

5.5 Textos que mais são citados nas pesquisas sobre Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e Organizações da Sociedade Civil (OSC) entre 1985 e 2020.

Por fim, apresenta-se os artigos mais relevantes sobre CID e OSC de acordo com o critério de número de citações de 1982 a 2022. Observa-se um número de estudos de caso sobre a participação de OSC em programas de cooperação em temas específicos, como saúde, água potável, conservação, redução da pobreza, reconstrução pós conflito, dentre outros. Entretanto, a maior parte dos estudos referem-se a abordagens mais estruturais, que muito dialogam com as questões trazidas nos capítulos teóricos, como: a relação das OSC com a promoção do desenvolvimento internacional e o diferencial destes atores; a gestão das ONGD (*accountability*); as implicações do ideário neoliberal sobre a atuação das ONGD; as implicações da nova gestão das OSC em sua missão; dentre outros. Chama ainda atenção o fato de que apenas duas das 30 publicações mais citadas sobre CID e OSC foram publicadas antes do ano 2000.

Tabela 3. Os 30 artigos mais citados sobre CID e OSC desde 1985

<u>Rank</u>	<u>Título</u>	<u>Autor(es)</u>	<u>Fonte</u>	<u>Ano</u>	<u>Citações</u>
1.	<u>Does foreign aid promote democracy?</u>	<u>Knack, S.</u>	<u>International Studies Quarterly 48(1), pp. 251-266</u>	<u>2004</u>	<u>317</u>
2.	<u>Corporate social responsibility and developing countries</u>	<u>Dobers, P., Halme, M.</u>	<u>Corporate Social Responsibility and Environmental Management 16(5), pp. 237-249</u>	<u>2009</u>	<u>221</u>
3.	<u>Non-governmental organizations and development</u>	<u>Lewis, D., Kanji, N.</u>	<u>Non-Governmental Organizations and Development pp. 1-239</u>	<u>2009</u>	<u>199</u>
4.	<u>Status of groundwater arsenic contamination in Bangladesh: A 14-year study report</u>	<u>Chakraborti, Dipankar; Rahman, Mohammad Mahmud; Das, Bhaskar; Murrill, Matthew; Dey, Sankar; Chandra Mukherjee, Subhas; Dhar, Ratan Kumara; Biswas, Bhajan Kumara; Chowdhury, Uttam Kumara; Roy, Shibtosha; Sorif, Shahariar; Selim, Mohammad Rahman, Mahmud; Quamruzzaman, Quazid</u>	<u>Water Research 44(19), pp. 5789-5802</u>	<u>2010</u>	<u>185</u>
5.	<u>International NGOs and primary health care in Mozambique: The need for a new model of collaboration</u>	<u>Pfeiffer, J.</u>	<u>Social Science and Medicine 56(4), pp. 725-738</u>	<u>2003</u>	<u>183</u>
6.	<u>A new SPOT4-VEGETATION derived land cover map of Northern Eurasia</u>	<u>Bartalev, S.A., Belward, A.S., Erchov, D.V., Isaev, A.S.</u>	<u>International Journal of Remote Sensing 24(9), pp. 1977-1982</u>	<u>2003</u>	<u>160</u>
7.	<u>From functional to social accountability: Transforming the accountability relationship between funders and non-governmental development organisations</u>	<u>O'Dwyer, B., Unerman, J.</u>	<u>Accounting, Auditing and Accountability Journal 20(3), pp. 446-471</u>	<u>2007</u>	<u>142</u>
8.	<u>Shifting environmental governance in a neoliberal world: US aid for conservation</u>	<u>Corson, C.</u>	<u>Antipode 42(3), pp. 576-602</u>	<u>2010</u>	<u>129</u>
9.	<u>Authentic NGDO partnerships in the new policy agenda for international aid: Dead end or light ahead?</u>	<u>Fowler, A.F.</u>	<u>Development and Change 29(1), pp. 137-159</u>	<u>1998</u>	<u>120</u>
10.	<u>Hands Off My Regime! Governments' Restrictions on Foreign Aid to Non-Governmental Organizations in Poor and Middle-Income Countries</u>	<u>Dupuy, K., Ron, J., Prakash, A.</u>	<u>World Development 84, pp. 299-311</u>	<u>2016</u>	<u>106</u>

<u>11.</u>	<u>After the Paris Declaration: Taking on the issue of power</u>	<u>Hyden, G.</u>	<u>Development Policy Review 26(3), pp. 259-274</u>	<u>2008</u>	<u>100</u>
<u>12.</u>	<u>Introduction: Institutional choice and recognition in the formation and consolidation of local democracy</u>	<u>Ribot, J.C., Chhatre, A., Lankina, T.</u>	<u>Conservation and Society 6(1), pp. 1-11</u>	<u>2008</u>	<u>100</u>
<u>13.</u>	<u>Keeping a Low Profile: What Determines the Allocation of Aid by Non-Governmental Organizations?</u>	<u>Koch, D.-J., Dreher, A., Nunnenkamp, P., Thiele, R.</u>	<u>World Development 37(5), pp. 902-918</u>	<u>2009</u>	<u>90</u>
<u>14.</u>	<u>Corporate social responsibility: A trend and a movement, but of what and for what?</u>	<u>Sahlin-Andersson, K.</u>	<u>Corporate Governance 6(5), pp. 595-608</u>	<u>2006</u>	<u>89</u>
<u>15.</u>	<u>Globalisation of international health</u>	<u>Walt, G.</u>	<u>Lancet 351(9100), pp. 434-437</u>	<u>1998</u>	<u>86</u>
<u>16.</u>	<u>On the difficulty of studying 'civil society': Reflections on NGOs, state and democracy in Bangladesh</u>	<u>Lewis, D.</u>	<u>Contributions to Indian Sociology 38(3), pp. 299-322</u>	<u>2004</u>	<u>75</u>
<u>17.</u>	<u>Dynamics of NGO legitimacy: How organising betrays core missions of INGOs</u>	<u>Ossewaarde, R., Nijhof, A., Heyse, L.</u>	<u>Public Administration and Development 28(1), pp. 42-53</u>	<u>2008</u>	<u>74</u>
<u>18.</u>	<u>The health-care system: an assessment and reform agenda</u>	<u>Mataria, Awada, bSend mail to Mataria A.;Khatib, Ranaa;Donaldson, Camc;Bossert, Thomasd;Hunter, David Je;Alsayed, Fahedf;Moatti, Jean-Paulg</u>	<u>The Lancet 373(9670), pp. 1207-1217</u>	<u>2009</u>	<u>62</u>
<u>19.</u>	<u>Faith-based aid, globalisation and the humanitarian frontline: An analysis of Western-based Muslim aid organisations</u>	<u>De Cordier, B.</u>	<u>Disasters 33(4), pp. 608-628</u>	<u>2009</u>	<u>60</u>
<u>20.</u>	<u>The Formation of Cross-Sector Development Partnerships: How Bridging Agents Shape Project Agendas and Longer-Term Alliances</u>	<u>Manning, S., Roessler, D.</u>	<u>Journal of Business Ethics 123(3), pp. 527-547</u>	<u>2014</u>	<u>52</u>
<u>21.</u>	<u>Policy arena: The international aid system and the non-governmental organisations: A new research agenda</u>	<u>Tvedt, T.</u>	<u>Journal of International Development 18(5), pp. 677-690</u>	<u>2006</u>	<u>50</u>
<u>22.</u>	<u>Is the iron law of oligarchy rusting away in the Third World?</u>	<u>Fisher, J.</u>	<u>World Development 22(2), pp. 129-143</u>	<u>1994</u>	<u>47</u>
<u>23.</u>	<u>Disability and international development: Towards inclusive global health</u>	<u>MacLachlan, M., Swartz, L.</u>	<u>Disability and International Development: Towards Inclusive Global Health pp. 1-218</u>	<u>2009</u>	<u>46</u>
<u>24.</u>	<u>Constructing identity by deconstructing differences: Building partnerships across cultural and hierarchical divides</u>	<u>Ybema, S., Vroemisse, M., Van Marrewijk, A.</u>	<u>Scandinavian Journal of Management 28(1), pp. 48-59</u>	<u>2012</u>	<u>45</u>

<u>25.</u>	<u>Rebuilding the health care system in Afghanistan: An overview of primary care and emergency services</u>	<u>Acerra, J.R., Iskhan, K., Qureshi, Z.A., Sharma, R.K.</u>	<u>International Journal of Emergency Medicine</u> <u>2(2), pp. 77-82</u>	<u>2009</u>	<u>45</u>
<u>26.</u>	<u>Health sector reform in the Occupied Palestinian Territories (OPT): Targeting the forest or the trees?</u>	<u>Giacaman, R., Abdul-Rahim, H.F., Wick, L.</u>	<u>Health Policy and Planning</u> <u>18(1), pp. 59-67</u>	<u>2003</u>	<u>45</u>
<u>27.</u>	<u>Dangerous Correlations: Aid's Impact on NGOs' Performance and Ability to Mobilize Members in Pakistan</u>	<u>Bano, M.</u>	<u>World Development</u> <u>36(11), pp. 2297-2313</u>	<u>2008</u>	<u>44</u>
<u>28.</u>	<u>New American relief and development organizations: Voluntarizing global aid</u>	<u>Schnable, A.</u>	<u>Social Problems</u> <u>62(2), pp. 309-329</u>	<u>2015</u>	<u>39</u>
<u>29.</u>	<u>'Scaling-up is a craft not a science': Catalysing scale-up of health innovations in Ethiopia, India and Nigeria</u>	<u>Spicer, Neila</u> Send mail to Spicer N.; Bhattacharya D.; Dimka R.; Fanta F.; Mangham-Jefferies L.; Schellenberg J.; Woldemariam A.; Walt G.; Wickremasinghe D.	<u>Social Science and Medicine</u> <u>121, pp. 30-38</u>	<u>2014</u>	<u>37</u>
<u>30.</u>	<u>Social and environmental NGOs' perceptions of Corporate Social Disclosures: The Case of Bangladesh</u>	<u>Momin, M.A.</u>	<u>Accounting Forum</u> <u>37(2), pp. 150-161</u>	<u>2013</u>	<u>36</u>

Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus (março, 2023).

5.6. Análise de co-ocorrência de palavras

Ao todo, foram identificadas 1684 palavras-chaves diferentes associadas aos artigos selecionados. O limite mínimo de ocorrências estabelecido foi 8, gerando um total de 46 palavras agrupadas pelo VOSViewer em 4 grupos (Tabela 4; Figura 3). As cinco palavras-chaves com o maior número de ocorrências nos artigos sobre CID e OSC são: **development aid** (170), **nongovernmental organization** (144), **civil society organizations** (73), **developing countries** (37) e **human** (34), organizados em diferentes grupos pelo critério de proximidade que elas aparecem nos artigos:

Tabela 4: Grupos de co-ocorrência de palavras-chave em artigos sobre CID e OSC publicados entre 2000 e 2020.

Grupos (número de itens)	Palavras-chave (número de ocorrências)
Grupo 1 (17 Itens)	Accountability (12), aid flow (15), aid policy (27) , Bangladesh (8), civil society organizations (204) , democracy (8), development aid (184) , donors (8), governance approach (17) , international development (8), local participation (8), organizational framework (8), partnership approach (9), poverty alleviation (11), south korea(8) e sub-saharan Africa (10)
Grupo 2 (15 Itens)	aid effectiveness (10), developing countries (37) , economic aspect (10), economics (15), fiscal management (12), government (15), health care policy (20) , health service (24) , human (41) , organization (15), organization and management (17) , policy (13), poverty (10), priority journal (12), e united nations (11)
Grupo 3 (9 Itens)	Africa (22) , development (16) , globalization (9), hiv/aids (19) , human rights (8), sustainability (8), sustainable development (13), united states (11) e world (9)
Grupo 4 (5 Itens)	Asia (11), eurasia (16) , europe (12), humanitarian aid (14) e world (9)

Fonte: elaborada pelos autores a partir de informações retiradas do Scopus

Destacamos o fato de, no grupo 1, a discussão sobre Ajuda Internacional e ONGD vir associada a discussões sobre accountability e governança destacadas nos capítulos teóricos. A primeira que se tornou central nos debates sobre a eficácia da Ajuda e a segunda que trata do lugar das OSC no Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

No segundo grupo, o termo efetividade da ajuda surge associado a termos como aspectos econômicos, gestão fiscal, gestão e organização e programas específicos de saúde, para os quais as OSC historicamente têm apresentado importantes executores de recursos nos países mais pobres.

No terceiro grupo, as palavras hiv/aids aparecem associadas ao desenvolvimento sustentável no continente africano. Por fim, no quarto grupo, surgem recorrentemente próximas às discussões sobre ajuda humanitária, Europa e Ásia.

governança, dentre outras palavras chaves que dão o caráter corporativo para as OSC. Tais resultados reforçaram o que foi apresentado nos capítulos teóricos sobre o grau de exigências impostas às ONGD para que as organizações adotem práticas de gestão mais eficazes. A concorrência das ONGD por recursos, intensificada no pós 1990, e a sua relação com os governos e demais organizações internacionais, promove maior burocratização em tais organizações e limitam sua liberdade de atuação devido ao maior controle e engessamento de agendas e práticas por parte dos financiadores.

Chama atenção, ainda, a necessidade de se fortalecer as publicações sobre a temática a partir de centros de pesquisa do Sul Global, uma vez identificado que a maioria das publicações se origina de países do Norte. As OSC dos países em desenvolvimento, são parceiras históricas das ONGD e vem atuando conjuntamente na *advocacy* junto aos organismos internacionais na disputa dos rumos da agenda internacional de desenvolvimento. Nas publicações acadêmicas, entretanto, a perspectiva dos atores do Sul precisa ser reforçada.

Neste sentido, foi destacado que duas entre as universidades que mais publicam sobre o tema encontram-se no continente africano: a University of Pretoria (África do Sul) e a University of Ghana. Entretanto, nenhuma universidade latino americana se destaca entre as que mais tem pesquisado sobre OSC e CID, apesar da história da região ter sido fortemente marcada pela relação das ONGD do norte e movimentos e organizações da sociedade civil locais.

Como sugestão para próximas pesquisas, sugere-se uma aprofundada revisão de bibliografia com os artigos apresentados neste artigo que trata sobre ONGDs e CID, quais as perspectivas teóricas e posicionamentos epistemológicos das principais publicações sobre esta temática.

7- Referências

ALBURQUERQUE, Francisco. La cooperación oficial de España al desarrollo. **Información Comercial Española, ICE: Revista de economía**, n. 702, p. 144-159, 1992.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANAND, Sudhir; SEN, Amartya. Sustainable human development: concepts and priorities. UNDP Human Development Report Office, 1994. AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. **Carta internacional**, v. 2, n. 2, p. 32-47, 2007.

BARBANTI JR., O. Desenvolvimento e Relações Internacionais. In: CAMPOS, Taiane (Org.). Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

BAVA, S. C. O que é e o que pode ser a Cooperação Internacional, In: Brasil, América Latina e a Cooperação Internacional, Le Monde Diplomatique Brasil, Encarte Especial, agosto 2011.

Chavarro, D., Ràfols, I., & Tang, P. (2018). To what extent is inclusion in the Web of Science an indicator of journal 'quality'? *Research Evaluation*, 27(2), 106-118. <https://doi.org/10.1093/reseval/rvy001>

EPSTEIN, Gil S.; GANG, Ira N. Contests, NGOs, and decentralizing aid. *Review of Development Economics*, v. 10, n. 2, p. 285-296, 2006

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. In: *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. 2011. p. 354-354.

IGLESIA-CARUNCHO, M. La cooperación para el desarrollo en un mundo en cambio. In: . *El impacto económico y social de la cooperación para el desarrollo*. Madrid: Ed. IUDC La Catarata, 2005. Cap. 1, p. 35-76.

JANSEN, A. Opções atuais da cooperação internacional. *Cadernos ABONG*, São Paulo, n. 7, p. 3-5, jan. 1995. KEHOANE, Robert O. *After hegemony. Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KLEIN, Michael; HARFORD, Tim. *The market for aid*. Intern. finance corp., 2005.

KRAYCHETE, E. S. Modelo de Desenvolvimento de pacto social. Salvador. In: *Bahia Análise e Dados*, v. 17, n. 4, jan-mar 2008.

KROPOTKIN, Piotr. AJUDA MÚTUA ENTRE NÓS. In: *Ajuda mútua: um fator de evolução*. Tradução Waldyr Azevedo Jr. — São Sebastião: A Senhora Editora, 2009. cap. 8, p. 207-230. Disponível em: <https://otal.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2013/09/Ajuda-M%C3%BAtua-um-fator-de-evolu%C3%A7%C3%A3o-Piotr-Kropotkin.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MARTENS, Bertin. Why do aid agencies exist?. *Development policy review*, v. 23, n. 6, p. 643-663, 2005.

MILANI, Carlos RS. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**, p. 33-56, 2014.

MISEREOR. *Jahresbericht 2010*, Aachen, 2011.

Mongeon, P., & Paul-Hus, A. (2016). The journal coverage of Web of Science and Scopus: a comparative analysis. *Scientometrics*, 106(1), 213-228. <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1765-5>

MORGENTHAU, Hans. A political theory of foreign aid. **American Political Science Review**, v. 56, n. 2, p. 301-309, 1962.

NERFIN, M. As relações entre OGNs - As agências da ONU – Governos: desafios, possibilidades e perspectivas. In: *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs: 1º Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas*. Rio de Janeiro: IBASE; PNUD, 1992. p. 95-117.

NUNNENKAMP, Peter; WEINGARTH, Janina; WEISSER, Johannes. Is NGO aid not so different after all? Comparing the allocation of Swiss aid by private and official donors. *European Journal of Political Economy*, v. 25, n. 4, p. 422-438, 2009.

NYE, Joseph S. **Understanding global conflict & cooperation: intro to theory & history**. Pearson Education, 1993.

OCDE.ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Agenda para a Acção de Acra. In: FÓRUM DE ALTO NÍVEL SOBRE A EFICÁCIA DA AJUDA, 3., 2008a, Accra. Anais eletrônicos... Paris, 2008a. Disponível em: . Acesso em: 2022.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2019). Development Co-operation Report 2019: A Fairer, Greener, Safer Tomorrow. Paris: OECD Publishing. Recuperado de <https://doi.org/10.1787/9a58c83f-en>

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2020a). Six decades of ODA: insights and outlook in the COVID-19 crisis, OECD Development Co- operation Profiles. Paris: OECD Publishing. doi: <https://doi.org/10.1787/2dcf1367-en>.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2020b). Total flows by donor (ODA+OOF+Private) [DAC1]. Recuperado de <https://stats.oecd.org/viewhtml.aspx?datasetcode=TABLE1&lang=en#>

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2021a).

Development Co-operation Directorate. Recuperado de <http://www.oecd.org/dac>

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2021b). Glossário CAD dos principais termos e conceitos. Recuperado de <https://www.oecd.org/dac/dac-glossary.htm#Loans>

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2021c). DAC List of ODA Recipients Effective for reporting on 2021 flows. Recuperado de <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/DAC-List-ODA-Recipients-for-reporting-2021-flows.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Carta das Nações Unidas. São Francisco, junho de 1945.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015. ONU, 2015^a.

PESSINA, Maria Elisa Huber. O não governamental na cooperação internacional para o desenvolvimento após 1990: entre as circunstâncias e as peculiaridades do caso alemão. Salvador: Edufba, 2017.

PESSINA, M. E. H., SIMOES, P. E. M., KRACHETE, E. S., & Silva, S. E. V. D.

(2000). Discurso Gerencialista nas Organizações não Governamentais (ONGS) e Ideário Neoliberal Pós-1990: Análise a partir da Cooperação Internacional não Governamental para o Desenvolvimento. *Gestão & Planejamento-G&P*, 21, pp. 279- 297.

PESSINA, Maria Elisa Huber; KRAYCHETE, Elsa Sousa. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) pós 2015: agendas para as Organizações da Sociedade Civil brasileiras. PAD – Processo de Articulação e Diálogo ABONG – Associação Brasileira Organizações Não Governamentais, [S. l.], p. 1-58, 16 dez. 2020. Disponível em:

<https://hlma.adv.br/a-cooperacao-internacional-para-o-desenvolvimento-cid-pos-2015-agendas-para-as-organizacoes-da-sociedade-civil-brasileiras/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

PESSINA, Maria Elisa Huber et al. discurso gerencialista nas organizações não governamentais (ongs) e ideário neoliberal pós 1990: análise a partir da cooperação internacional não governamental para o desenvolvimento. *Gestão & Planejamento-G&P*, v. 21, 2020.

Ramos, Alberto Guerreiro. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro, FGV, 1981.

RUHIL, R. Millennium development goals to sustainable development goals: challenges in the health sector. *International Studies*, Thousand Oaks, v. 52, n. 1–4, 118–135, dec. 2017.

SALIMON, M. I; SIQUEIRA, M. V. S. Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor. *Revista de Administração*, v. 48, n. 4, p. 643-657, 2013.

SATO, Eiiti et al. Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais. 2010.

SEVERINO, Jean-Michel; RAY, Olivier. The end of ODA: death and rebirth of a global public policy. Available at SSRN 1392460, 2009.

Tenório, Fernando G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, 32(5):7-23, set./out. 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado. *Revista de administração pública*, v. 33, n. 5, p. 85 a 102-85 a 102, 1999.

Van Leeuwen, T. N., Moed, H. F., Tijssen, R. J. W., Visser, M. S., & Van Raan, A. F. J. (2001). Language biases in the coverage of the Science Citation Index and its consequences for international comparisons of national research performance. *Scientometrics*, 51(1), 335-346. <https://doi.org/10.1023/A:1010549719484>

ZIMMER, A. et al. The Third Sector in Germany. Westfälische Wilhelms- Universität Münster, Münster, 2000.